

**AÇÕES ARTICULADAS PELAS MULHERES
CAMPONESAS**
ACTIONS ARTICULATED FOR PEASANT WOMEN

Idelma Santiago Silva¹
Kezia Vieira de Sousa Farias²

RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo levantar algumas ações realizadas nas Jornadas nacional de lutas das mulheres Sem Terra e como isso contribuiu para a luta pela reforma agrária. Assim evidenciaremos as práticas e discursos que estruturam o MST para além da luta pela terra, baseado na construção da reforma agrária com perspectivas de novas relações sociais, culturais, econômicas e de construção dos sujeitos. Sujeitos esses que se constitui e constituem o movimento. O MST tem sido objeto de estudos das mais diversas áreas. No que diz respeito a questão das mulheres, as pesquisas produzidas dizem mais sobre a invisibilidade na política e na produção da qual elas foram/estão submetidas do que os processos e experiências de re-existências delas.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Patriarcado; MST.

ABSTRACT:

This work aims to raise some actions carried out in the National Seminar on the struggle of women without land and how this contributed to the struggle for agrarian reform. Thus, we will highlight the practices and discourses that structure the MST beyond the struggle for land, based on the construction of agrarian reform with perspectives of new social, cultural, economic and construction relations of the subjects. Such subjects constitute and constitute movement. The MST has been the object of studies of the most diverse areas. As far as the question of women is concerned, the researches produced tell more about the invisibility in politics and the production of which they were / are subjected than the processes and experiences of their re-existence.

KEYWORDS: Genre; Patriarchy; MST.

¹ Doutora em História pela UFG, Professora adjunta da UNIFESSPA - idelmasantiago@gmail.com

² Mestranda em Dinâmicas territoriais e sociedade na Amazônia pela UNIFESSPA - vieirakezia@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nasce no contexto de reorganização dos movimentos operário e camponês que emergem com o fim da ditadura militar³ no Brasil e configura-se como um marco importante na abertura democrática do país com as experiências de lutas e resistências às concentrações de terra. Com o processo de democratização as manifestações relativas as lutas pela terra se intensificaram, abrindo novas possibilidades de diálogos com o Estado (SILVA, 2003).

O período de territorialização nacional do MST se dá de 1985-1990, estabelecendo-se em 18 estados, “desse modo, o MST se consolidou no final dos anos oitenta, nas lutas e experiências que levaram às conquistas dos assentamentos e de sua forma de organização” (FERNANDES, 1999, p. 162). Assim o MST se constitui enquanto movimento na busca prática pela mudança social através da reforma agrária, as lutas se fazem nas emergências cotidianas através de estratégias políticas da práxis de resistência, se resiste produzindo, criando, fazendo intervenções na labuta do cotidiano (FERNANDES, 1999).

A luta pela terra abre horizontes para a emancipação dos sujeitos subalternos, pois as lutas convergem-se em outras como a educação, saúde, direito ao lote e sua permanência nele, por uma outra lógica de vivência tanto econômica, política e social, por meio de uma práxis, “nessa práxis, demarcaram os principais fundamentos dessa atividade: não separar nas lutas pela terra e pela reforma agrária a dimensão econômica da dimensão política” (FERNANDES, 1999, p. 169). As necessidades das lutas norteiam a organização social, econômica e política do movimento, criando condições e articulações para garantir que todos participem efetivamente do processo de conquista e manutenção da terra.

O envolvimento da família em todo processo da luta pela terra, de certa maneira, rompe com as concepções de poder e hierarquia, que noutros períodos da luta camponesa tinha o homem como referência. Dessa forma essas lutas transcendem os meios de produção, ou seja, estende-se a transformação social, através de um processo

³ É importante destacar que as lutas camponesas não cessaram neste período, pelo contrário foram organizadas de outras maneiras, a luta posseira organizada pelos sindicatos e apoiadas pelas comunidades eclesiais de bases (CEBS) que possibilitou, inclusive, a criação do MST (Silva, 2003). Por tanto o Movimento não é algo novo é uma reconstrução na luta camponesa é algo em movimento.

continuo de resistência. Dentro da organização do movimento vão surgindo outras necessidades e formas de luta que questionam as estruturas organizativas do latifúndio, assim essas lutas podem ser compreendidas também como a luta contra o capital e o patriarcado (SANTO, 2016).

Os acampamentos e assentamentos são instrumentos importantes na afirmação e formação do sujeito Sem Terra. Segundo Caldart (2001) a constituição do Sem Terra faz parte de uma formação de identidade camponesa Sem Terra que perpassa por um processo educativo que apresenta outras dimensões da luta pela terra, a partir de uma memória de luta e resistência. Nessa perspectiva, é possível compreender a luta *sem-terra* como processos de resistência socio-histórica dos povos “os sem-terra não surgiram como sujeitos prontos, ou como uma categoria sociopolítica dada, mediante o ato de criação do MST. Sua gênese é anterior ao Movimento e sua constituição é um processo que continua se desenvolvendo ainda” (CALDART, 2001, p. 211), ou seja, a luta pela terra corresponde aos processos constantes de resistências de uma luta camponesa, a partir de afirmações enquanto sujeitos históricos.

A preocupação da luta pela terra e pela reforma agrária questiona também a inferiorização das mulheres. Ainda que muito timidamente, o documento aponta apenas a dupla jornada, reprodução e produção, reconhece o machismo, mas o processo de organização/participação das mulheres ainda assume aspectos que sugerem uma reorganização no movimento. Desse modo, nesse momento a luta pela terra simboliza tanto a busca pela redemocratização do país quanto a construção de alternativas pela reforma agrária. Há, do mesmo modo, uma resistência aos processos de desumanização que foram impostos pela colonialidade/modernidade a partir de matrizes de formação humana. Sobre os processos de formação dos Sem Terra Caldart (2001) argumenta que,

[...] nos remete a um processo de fazer-se humano na história que está produzindo e sendo produzido em um movimento de luta social, também constituído como parte de um movimento sociocultural mais amplo; mesmo sem que os Sem Terra tenham plena consciência disso, tal movimento extrapola seus interesses corporativos e projeta novos contornos para a vida em sociedade (CALDART, 2001, p. 210).

Nesse processo de humanização atrelado a luta pela reforma agrária o MST tem construído diversas experiências que vão do acampamento ao assentamento, as etapas percorridas nas relações possibilitam a construção de novos valores. Dessa maneira para defender essas outras formas e experiências é preciso repensar novas

relações. O processo de territorialização se dá numa luta constante de uma resistência camponesa que é também pedagógica para que se faça reforma agrária no país.

Uma luta que permite a um ser humano parar de morrer, só pode nos trazer lições fundamentais de pedagogia, principalmente se acreditarmos que em tempos de desumanidade crescente, a educação somente tem sentido como uma prática radical de humanização, ou de formação humana em seu sentido mais inteiro e profundo (CALDART, 2001, p. 210).

A autora faz indicações que a luta pela terra é mais do que terra, é a luta pela vida e pela humanização que foi negada aos povos do campo, umas das grandes resistências aos processos de desumanização é uma afirmação prática a partir de uma pedagogia da resistência (WALSH, 2013) dos povos do campo com outras formas de ser, fazer, saber (QUIJANO, 2005). A luta pela reforma agrária se apresenta nessa perspectiva como uma base formadora do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

CONSTRUINDO AS AÇÕES

Segundo Silva (2015) a participação das mulheres se dá em contextos diversos, a luta pela reforma agrária e pela emancipação das mulheres é uma luta contra a lógica capitalista. É um processo contínuo de resistência. Um fator a se destacar é que desde 2001 o 8 de março é considerado pelas mulheres do MST e de outros movimentos camponeses (PINASSE, 2009) como o dia internacional da luta das mulheres que é demarcado anualmente com as *Jornadas Nacionais de Lutas das Mulheres Sem Terra*, a maioria das ações das mulheres são articuladas tendo como referência esse dia, com destaque para as denúncias contra as privatizações, o patriarcado, o agronegócio. Segundo Pinasse (2009)

Sua luta, portanto, não parece ser contra os homens, mas contra as deformações patriarcais que todos (inclusive mulheres) carregam e reproduzem no movimento. Sua práxis ganha ainda mais radicalidade no confronto direto contra as transnacionais que reproduzem de forma explosiva a prática da monocultura e da destruição ambiental (PINASSE, 2009, p. 10).

No que diz respeito as ações articuladas e pensadas pelas mulheres Sem Terra e em articulação com a via camponesa e outros movimentos camponeses no período de 2001 a 2005 suas lutas e ações são articuladas em torno da denúncia do

patriarcado e das discriminações que elas sofrem (PINASSE, 2009). A autora chama atenção para uma ação que ocorreu em 2006, na semana do oito de março, com uma grande repercussão política, em que cerca de duas mil mulheres de diversas organizações⁴ ocuparam o Horto Florestal da Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro, Rio Grande do Sul. Essa ação tinha como objetivos desorganizar de mudas transgênicas de eucalipto “[...] ato, enfim, praticado por mulheres trabalhadoras em defesa do meio ambiente e contra o capital, transformou a data numa jornada internacional de luta das mulheres contra toda e qualquer forma de exploração” (PINASSE, 2009, p. 11).

No ano seguinte, 2007, a Jornada tem início com uma ocupação feita por uma média de 900 mulheres e 250 crianças, eles ocuparam a fazenda Tucumã, uma grande transnacional de celulose (PINASSE, 2009). Nessa ação mulheres e crianças fizeram uma limpeza, trocando uma parte do “deserto verde” por mudas nativas. A exigências⁵ das mulheres era a cassação de compras de terras ilegais feitas por estrangeiros, e que esse território fosse deslocado para os programas de reforma agrária.

Os eventos se multiplicam⁶ e em todos os locais onde foram registrados, a reação contra as mulheres e seus filhos foi brutal. Apesar de todas as adversidades, porém, parecem determinadas a continuar surpreendendo por sua práxis ousada, palavras de ordem radicais e consciência arguta do papel histórico que desempenham, em amplo espectro. Pois são elas que desafiam o sistema de produção vigente e desmascaram o desrespeito pleno do capital pela mulher, sobretudo pela mulher trabalhadora (PINASSE, 2009, p. 13).

Pinasse (2009) evidencia que se deva pensar essas ações enquanto uma práxis, a partir da proporção de suas lutas, elas põem em risco os horizontes do latifúndio ao denunciarem os seus projetos de morte. Essas práticas de rebeldia, contrapõe a lógica de acumulação do capital, as suas práticas constroem uma singularidade na luta camponesa. Vale ressaltar que essas ações foram fortemente

⁴ Que compõe a via camponesa no Brasil, dentre eles, MPA (Movimento de Produtores Agrícolas), MAB (Movimento de Atingidos por Barragens) MMC (Movimento de Mulheres Camponesas), MTD (Movimento de Trabalhadores Desempregados).

⁵ Para compreender verdadeiramente a ação, é necessário esclarecer que a Stora Enso tem por “meta formar uma base florestal de mais de 100 mil hectares e implantar fábricas na região.” Entretanto, a empresa é estrangeira e, de acordo com a legislação brasileira (Lei nº. 6634 de 1979 e o artigo 20, parágrafo 2, da Constituição Federal) não pode adquirir terras em uma faixa a 150 km da fronteira do Brasil. Num expediente corriqueiro, criou a agropecuária Azenglever, empresa laranja de propriedade de dois brasileiros. Em nome dela, a transnacional possui cerca de 50 fazendas, totalizando mais de 45 mil hectares, dentre as quais está a Tarumã.

⁶ As ações se alastraram pela Monsanto, empresa de agroquímicos, em Santa Cruz das Palmeiras, estado de São Paulo, pela mesma Aracruz, Bayer e pela Sygenta Seeds que, em 2007, assassinou um militante da Via Campesina, no Paraná. (PINASSE, 2009, p. 13).

reprimidas pelo Estado e que apesar disso as lutas e enfrentamentos se intensificaram (PINASSE, 2009).

A Jornada Nacional das mulheres em 2008 teve como pautas de luta e reivindicação os transgênicos da Monsanto⁷, de acordo com o MST a empresa tem como objetivo acabar com as sementes crioulas para ter controle sobre os alimentos (MST, 2014). Segundo o jornal Estadão em torno de 300 mulheres do estado de São Paulo “invadiram” a unidade de pesquisa da multinacional, “elas cortaram três vãos de cerca e destruíram um viveiro e o campo experimental de milho transgênico da empresa, além de picharem a guarita de entrada.” (HENRIQUE, 2008). A ação é pautada contra o uso e a autonomia da empresa em relação as sementes de milho geneticamente modificado. As sementes transgênicas tira do trabalhador toda sua autonomia.

A luta contra a Monsanto representa aos trabalhadores o controle de suas vidas, a simbologia das sementes, como representante da nova vida, segundo o MST a empresa não tem “condições suficientes para controlar as sementes, para fechar o círculo, também procura dominar o que se aplica em seu cultivo: os agrotóxicos. A Monsanto é a quinta empresa agroquímica mundial e controla 7% do mercado de inseticidas, herbicidas, fungicidas, etc.” (VIVAS, 2014). Os trabalhadores são atingidos duplamente pela Monsanto por um lado querem retirar suas autonomias de plantação, alimentar, e por outro, causando sérios riscos ao meio ambiente e a vida⁸ de trabalhadores do campo e consumidores.

Em março de 2009 as mulheres que compõem a Jornada lançam uma nota de denúncia contra o agro e o hidro negócio apontando que estes são insustentáveis. E elas seguem a denunciando superexploração do trabalho; financiamento do estado; aliança que afeta a soberania alimentar e o controle da agricultura brasileira; a criminalização da luta pelas grandes multinacionais (MST, 2009).

Nós mulheres, camponesas, ribeirinhas, extrativistas, indígenas, quilombolas e Sem Terra, queremos denunciar com nossas ações políticas a extrema

⁷ “A Monsanto é uma das maiores empresas do mundo e a número um em sementes transgênicas. No mundo, 90% dos cultivos modificados geneticamente contam com seus traços biotecnológicos. Um poder total e absoluto. A Monsanto está na liderança da comercialização de sementes e controla 26% do mercado”. (VIVAS, 2014).

⁸ “As denúncias de camponeses e comunidades afetadas pelo uso sistemático de pesticidas químicos sintéticos é uma constante. Na França, inclusive, o Parkinson é considerado uma enfermidade do trabalho agrícola, causado pelo uso de agrotóxicos, depois que o camponês Paul François venceu a batalha judicial contra a Monsanto, no Tribunal de última instância de Lyon, em 2012, e conseguiu demonstrar que seu herbicida Lasso era o responsável por intoxicá-lo e deixá-lo inválido. Uma sentença histórica, que permitiu um avanço na jurisprudência”. (VIVAS, 2014).

gravidade da situação dos trabalhadores rurais no Brasil. Não nos subordinaremos a este modelo capitalista e patriarcal de sociedade, concentrador de poder e de riquezas. Não queremos o projeto de agricultura do agronegócio, hidronegócio e das empresas transnacionais no Brasil. Nos mobilizamos para denunciar a crise política, econômica, social e ambiental criada pelas elites que controlam o Estado: capital financeiro internacional e transnacionais. Não aceitamos pagar a conta da crise, com a superexploração de nosso trabalho, baixos salários, aumento da jornada de trabalho e com o avanço da exploração sobre os recursos naturais (MST, 2009).

As ações de denúncias são formas de defesa de outros modos de vivência e saberes. “Para defender a terra, a água, as sementes, a energia e o petróleo como bens da natureza a serviço dos seres humanos. Rompemos o silêncio para resgatar a cultura e o conhecimento camponês, resgatar o nosso Brasil” (MST, 2009). Em março de 2009 foi realizada uma ocupação com cerca de 600 mulheres da via camponesa que durou três dias e teve como objetivo denunciar os impactos sociais e ambientais causados pela monocultura do grupo Cosan (LÓGICA DIGITAL, 2009).

Durante a ocupação as mulheres denunciam a crise estrutural do capital; a violência no campo e o patriarcado, reafirmando a necessidade da luta camponesa e da soberania dos povos. Permanecem denunciando o Estado como garantidor dos interesses do capital; e as desigualdades de gênero. Em 9 estados foram iniciadas várias manifestações organizadas e promovidas pelas mulheres do MST, todas as ações são planejadas com o mesmo propósito. (LÓGICA DIGITAL, 2009).

Seguindo a cronologia, em 2010, na Jornada os atos e protestos que marcam a semana do dia internacional da mulher, oito de março, são as denúncias ao agronegócio e a violência contra a mulher (SALVE A SELVA, 2010) marcando os cem anos do 8 de março, e afirmando que a reforma agrária é uma alternativa democrática. Há mobilizações em todos as regiões do País, o mais emblemático foi no Paraná em que cerca de 1000 mulheres ocuparam a sede da Usina⁹ central do Paraná na cidade de Porecatu, onde denunciaram o trabalho escravo e a monocultura da cana de açúcar (SALVE A SELVA, 2010). No Tocantins, região norte, as mulheres fazem seus atos em comemoração aos cem anos do 8 de março e reclamam pela soberania popular e alimentar (SALVE A SELVA, 2010).

Em 2011 as bandeiras da luta das mulheres camponesas são contra os agrotóxicos (CIMI, 2011) é importante destacar que o Brasil é um dos países que mais

⁹ A área, com 1.661 hectares, pertence ao Grupo Atalla. O grupo mantém usinas de açúcar e álcool no Paraná e em São Paulo. (MST, 2014).

consome agrotóxico no mundo. As ações são articuladas em seis estados brasileiros com aproximadamente 5000 mulheres articuladas pelo país, na Bahia cerca de 1500 mulheres ocuparam uma fazenda da multinacional Veracel¹⁰ celulose e fazem denúncias das ações praticadas pelo latifúndio como a irregularidade de terras do Estado e os grandes plantios de eucalipto (CIMI, 2011) os plantios de eucalipto feita pela empresa em terras devolutas, são reivindicado pelas mulheres para reforma agraria. As denúncias também estão atreladas a contestação a ameaça pela vida e das consequências devastadoras do agrotóxico usado nos plantios, ao meio ambiente, a saúde, a vida camponesa.

A Jornada de 2012 tem como estratégia a ocupação da EMBRAPA (empresa brasileira de pesquisa agropecuária) contra a privatização da mesma, de acordo com o MST os principais objetivos da jornada do ano é:

- Que as grandes extensões de terra utilizadas por essas empresas devem ser destinadas a Reforma Agrária, para produção de alimentos saudáveis para auto sustentação e geração de renda.
- Acabar com o latifúndio e garantir justiça social no campo brasileiro que sirvam de base para a construção da soberania alimentar do nosso país.
- Garantir a recuperação e preservação da biodiversidade, matas, florestas, plantas medicinais, sementes crioulas, água, terra como patrimônio dos povos a serviço da humanidade.
- Um projeto de agricultura baseado na agroecologia. Nesse projeto defendido pelas mulheres é de que a terra, as águas, as sementes, o ar, e as diversas formas de produção da vida no campo jamais podem ser mercantilizadas (MST, 2012).

Sempre em consonância com a luta pela reforma agraria, a Jornada utiliza como estratégias as ocupações para realizarem as denúncias, como no caso da ocupação na fazenda de celulose Suzano¹¹ no sul da Bahia, com sobre da monocultura das plantações de eucalipto e os impactos causados por ele, que a empresa alega ser reflorestamento, essas denúncias estão articulada com a ocorrida na fazenda Veracel em 2011 (SPIGLIATTI, 2012). Em 2013, vindo neste mesmo viés de denúncias a Jornada pautou a luta contra o capital nacional e internacional, o agrotóxico e o patriarcado. No ano de 2104 apresenta o lema *Mulheres Sem Terra na luta contra o capital e pela Reforma Agrária Popular* e tem como objetivo:

¹⁰ A Veracel é um empreendimento agroindustrial que integra operações florestais, industriais e de logística, que resultam em uma produção anual média de 1,1 milhão de toneladas de celulose. (VERACEL)

¹¹ A segunda maior produtora de celulose de eucalipto do mundo e a maior fabricante de papéis de imprimir e escrever da América Latina. (SUZANO)

denunciar o capital estrangeiro na agricultura (controlado pelas empresas transnacionais) e chamar a atenção da sociedade para o modelo destrutivo do agronegócio, que ameaça tanto o meio ambiente quanto a soberania alimentar do país e a vida da população brasileira, afetando de forma direta a realidade das mulheres (MST, 2014).

Nas bandeiras de luta de 2014 é possível perceber também que as mudanças só são possíveis numa articulação entre gênero e classe, isso é perceptível pela frase *sem feminismo, não há socialismo*¹², nesse sentido precisa-se uma articulação contra a violência e opressão tanto da mulher como da classe trabalhadora (MST, 2014). Em 2015 as mulheres chamam atenção ao modelo de degradação social e ambiental causado pelo agronegócio e “ao mesmo tempo, as camponesas apresentarão como alternativa o projeto de agricultura baseado na agroecologia, e propõe a luta em defesa da soberania alimentar” (MST, 2015). No dia 10 de março de 2015 como uma ação estratégica da jornada as mulheres do MST ocupam em Taquari no Rio Grande do Sul uma fábrica de produtos agrícolas, agrotóxicos, ligada a multinacional israelense Adama¹³ (G1 RS, 2015).

As camponesas denunciam o uso intensivo de agrotóxicos pelo agronegócio, que transformou o Brasil hoje no maior consumidor de venenos do mundo, com mais de um bilhão de litros despejados nas terras e águas brasileiras. Denunciam ainda o envenenamento dos alimentos consumidos pela população e, conforme pesquisas da Fiocruz, causa doenças como depressão, má formação em fetos, câncer e infertilidade. As ações das mulheres do campo e da cidade também reivindicam a Reforma Agrária Popular, com o assentamento de todas as 120 mil famílias acampadas no país, o fim da violência contra a mulher e a criação de políticas públicas para as mulheres do Rio Grande do Sul (MST, 2015).

As ações das mulheres do MST em articulação com a jornada têm possibilitado que a luta camponesa avance ao denunciar as diversas violências sofridas no campo e que o cotidiano das mulheres camponesas é marcado por opressão e violência, mas também resistência. As reflexões pensadas para estas ações são todas motivadas pela reforma agrária. As pautas de lutas que são levantadas para a Jornada parte da experiência do cotidiano, colocando os debates sobre gênero em evidência com a luta de classes e com a realidade do campesinato brasileiro. Essas mulheres provocam uma desobediência ao ressignificar a luta do 8 de março como um dia de luta e

¹² Em todos os documentos, sites e notas pesquisadas, esse grito aparece pela primeira vez nesse ano.

¹³ A multinacional adama é uma das maiores empresas de agroquímicos do Sul do país, na produção de princípios ativos de agrotóxicos para sementes, incluindo o veneno 2,4-D, que estava proibido no Brasil por ser cancerígeno. O 2,4D é um dos principais componentes do agente laranja, usado como arma química no Vietnã. (MST, 2015).

contestação da subordinação das mulheres e da propriedade privada. Denunciam a organização do Estado e suas articulações com o capital nacional e estrangeiro e as estruturas do patriarcado.

Em 2016 as mulheres em luta se articulam em defesa da natureza e da alimentação saudável contra o agronegócio, nesse ano MST mobiliza 22 estados com mais de 30.000 mulheres na luta pela defesa da classe trabalhadora (MST, 2016). No caso do Pará aproximadamente 500 mulheres

realizaram uma marcha até a portaria da Floresta Nacional de Carajás (FLONACA), onde há mais de 30 anos a mineradora Vale saqueia o povo brasileiro, e protestaram contra o desrespeito aos direitos das populações nos lugares onde a empresa está presente. No entanto, as mulheres foram recebidas pela polícia com bombas de gás e bastante truculência. Pelo menos 10 manifestantes estão feridas e seis manifestantes estão presos (MST, 2016).

Ligado a essa ação as mulheres do Estado do Maranhão ocupam a Estrada de Ferro Carajás, por onde é escoada o minério extraído na região, a paralização durou em torno de sete horas, de 5 h às 12 h, (MST, 2016). Nessa região um dos temas atrelados a Jornada no ano de 2016 é os 20 anos de massacre do Eldorado dos Carajás.

O grito de resistências da Jornada de 2017 são principalmente contra a reforma da previdência, *“Estamos Todas Despertadas. Contra o Capital e o Agronegócio. Nenhum Direito a Menos! É com essa bandeira de luta que as mulheres seguem suas denúncias contra o governo de Temer (MST, 2017). O jornal Brasil de Fato notícia que o 8 de março de 2017 movimentará mais de 30.000 mulheres na luta contra as medidas impopulares do governo e questionam, sobretudo, a legitimidade dele (DOLCE, 2017). No Recife aproximadamente 1.000 mulheres ocuparam a sede da previdência social com denúncias dos impactos causados às trabalhadoras e trabalhadoras com a reforma da previdência (DOLCE, 2017). No Pará*

As mulheres Sem Terra participaram em conjunto com as mulheres da cidade de uma grande marcha na capital Belém. Pela manhã, as Sem Terra ocuparam também a agência do INSS. Ainda, 400 mulheres do campo e da cidade marcharam pelas ruas de Marabá, contra a Reforma da Previdência, pela vida das mulheres e contra toda forma de violências sofridas pelas mulheres. Foi bloqueada a rodovia Transamazônica, na frente do fórum de Marabá por 20 minutos, em memória de todas as mulheres que morreram na região (MARX; SORIANO, 2017).

As manifestações aconteceram por todo país, assim como em Marabá, em várias regiões as lutas da Jornada realizada em conjunto com os movimentos sociais da cidade. No último ano, 2018, a jornada nacional de luta das mulheres Sem Terra segue

como pauta a luta contra a reforma da previdência e seus impactos. O lema da jornada é: *Quem não se movimenta, não sente as cadeias que a prendem.*

Já no dia 8 de março, a Jornada de Luta das Mulheres contou com uma grande marcha pelas ruas centrais da capital. Ainda nas primeiras horas da manhã, centenas de trabalhadoras urbanas e rurais começaram a se concentrar próximo à rodoviária. Durante a marcha, elas davam gritos de ordem, tais como: “Sem feminismo, não há socialismo” e “Quando uma mulher avança, nenhum homem retrocede”, e carregavam faixas e cartazes, que denunciavam principalmente a violência contra a mulher e o desmonte de políticas públicas (MST, 2018).

As denúncias e as ocupações estão organizadas por todo pois no Rio de Janeiro as mulheres ocupam o jornal o globo com o objetivo de evidenciar a ações da empresa em apoio ao golpe (MST, 2018). No Estado da Bahia cerca de 1000 mulheres ocupam a fábrica de celulose da Suzano e fazem denúncias as formas como a empresa é responsável pela crise hídrica. Em Minas Gerais cerca de 600 mulheres ocuparam a Nestle fazendo denúncias as tentativas de privatizar a água (MST, 2018).

CONSIDERAÇÕES

A resistência das mulheres camponesas se dá a partir das ocupações, buscando denunciar os impactos sociais, ambientais causados pelas grandes multinacionais. Elas compreendem que para romper com as estruturas organizativas do capital é preciso que se destrua o patriarcado. Seus gritos de resistência ecoam na busca por novas construções nas relações familiares, trabalhistas, educacionais, novas relações de vida. Levar em consideração as especificidades das mulheres camponesas tem permitido que o movimento articule suas lutas na defesa e conquista dos territórios.

REFERENCIAS:

CALDART, ROSELI SALETE. O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos avançados**. 2001.

CIMI, Conselho indígena missionário. Mulheres da Via Campesina promovem ações em seis estados contra agrotóxicos. 02/03/2011. Disponível em <<https://cimi.org.br/2011/03/31684/>> acessado em 14 de jan. De 2019.

DOLCE. Julia. 8 de março: MST planeja mais de 30 mil mulheres em luta contra reforma da Previdência. **Brasil de Fato**, 3 de Março de 2017. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2017/03/03/mst-planeja-mais-de-30-mil-mulheres-em-luta-nas-acoes-do-8-de-marco/>> acessado em 14 de jan. de 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra - MST (1979 –1999)**. Tese apresentada no Curso de Pós-graduação do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Novembro de 1999.

G1 RS. Mulheres ligadas ao MST ocupam fábrica em Taquari, no RS. 10/03/2015. Disponível em < <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/03/mulheres-ligadas-ao-mst-ocupam-fabrica-em-taquari-no-rs.html>> Acessado em: 14 de jan. de 2019.

Henrique, Brás. Mulheres da Via Campesina destroem transgênicos da Monsanto. **Estadão**, o Estado de S.Paulo, 07 Março 2008. Disponível em <https://www.estadao.com.br/noticias/geral,mulheres-da-via-campesina-destroem-transgenicos-da-monsanto,136359> Acessado em: 14 de jan. 2019.

LÓGICA DIGITAL, Ato político encerra ocupação pelo MST em Barra Bonita/SP. Sindicato dos químicos unificados. MAR 12, 2009. Disponível em <http://quimicosunificados.com.br/lutas-do-dia-a-dia/ato-politico-encerra-ocupacao-pelo-mst-em-barra-bonitasp/>> acessado em 14 de jan. de 2019.

MARX, Ana Flávia; SORIANO, Rafael. Em defesa da aposentadoria, mulheres ocupam prédios do INSS e ruas por todo Brasil. **Frente Brasil Popular** 08/03/2017 . disponível em <<http://www.frentebrasilpopular.org.br/noticias/em-defesa-da-aposentadoria-mulheres-ocupam-predios-do-inss-e-ruas-por-todo-brasi-7166/>> . Acessado em: 14 de jan. de 2019.

MST, Camponesas ocupam fábrica de agrotóxicos e Inkra no Rio Grande do Sul. 10 de março de 2015. Disponível em <http://www.mst.org.br/2015/03/10/camponesas-ocupam-fabrica-de-agrotoxicos-no-rio-grande-do-sul.html> > Acessado em: 15 de jan. de 2019.

MST, Fazenda do Grupo Atalla ocupada pelo MST é improdutiva, afirma Inkra. 6 de março de 2014 . Disponível em < <http://www.mst.org.br/2014/03/06/fazenda-do-grupo-atalla-ocupada-pelo-mst-e-improdutiva-afirma-incra.html>> Acessado em: 15 de jan. de 2019.

MST, Jornada de Lutas das Mulheres Camponesas 2009. 22 de junho de 2009. Disponível em <http://www.mst.org.br/2009/06/22/jornada-de-lutas-das-mulheres-camponesas-2009.html> >Acessado em: 14 de jan. de 2019.

MST, Jornada de Lutas das Mulheres Camponesas 2014. 02 de março de 2012. Disponível em < <http://www.mst.org.br/2012/03/02/jornada-de-lutas-das-mulheres-camponesas-2012.html> > Acessado em: 14 de jan. de 2019.

MST, Jornada de Lutas das Mulheres Camponesas 2014. 07 de mar, de 2014. Disponível em < <http://www.mst.org.br/2014/03/07/jornada-de-luta-das-mulheres-da-via-campesina-2014.html>> Acessado em: 14 de jan. de 2019.

MST, Jornada de Lutas das Mulheres Camponesas, 22 de fevereiro de 2015. Disponível em < <http://www.mst.org.br/2015/02/22/jornada-nacional-de-luta-das-mulheres-camponesas.html>> Acessado em: 14 de jan. de 2019.

MST, Jornada Nacional das Mulheres do MST mobiliza 22 estados do Brasil, 8 de março de 2016 . Disponível em < <http://www.mst.org.br/2016/03/08/jornada-nacional-de-lutas-leva-milhares-de-mulheres-as-ruas-de-todo-pais.html>> Acessado em: 14 de jan. de 2019.

MST, Nós, mulheres, estaremos em todas as trincheiras de luta”, diz dirigente do MST. 9 de março de 2018. Disponível em < <http://www.mst.org.br/2018/03/09/nos-mulheres-estaremos-em-todas-as-trincheiras-de-luta-diz-dirigente-do-mst.html>> Acessado em: 14 de jan. de 2019.

PINASSI, Maria Orlanda. Uma ontologia dos movimentos sociais de massa e o protagonismo atual das mulheres. **33º Encontro Anual da Anpocs**, 2009.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder**. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SALVE A SELVA, Camponesas Lutam contra o Agronegócio e a Violência contra a Mulher. 8 de mar de 2010. Disponível em <https://www.salveaselva.org/noticias/1517/camponesas-lutam-contr-o-agronegocio-e-a-violencia-contr-a-mulher> acessado em 14 de jan. de 2019.

SANTO, Thais Marques De. **As publicações do setor de gênero do MST e as vivências de mulheres Sem Terra : reflexões sobre desrespeito, reconhecimento e autonomia**. Diss. (Mestrado) – Escola de Humanidades, Programa de PósGraduação em Ciências Sociais, PUCRS, Porto Alegre, 2016.

SILVA, Sandra Procópio da. **As mulheres do assentamento Émerson Rodrigues/MST: os desafios na produção de alimentos e a construção da soberania alimentar**. 2015, 162 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Grande Dourados/MS, Dourados, 2015.

SILVA. Cristiani Bereta. As fissuras na construção do “novo homem” e da “nova mulher” - Relações de gênero e subjetividades no devir MST - 1979/2000. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

SPIGLIATTI, Solange. Mulheres do MST ocupam fazenda da Suzano Papel. **Exame**, 1 mar 2012. Disponível em < <https://exame.abril.com.br/mundo/mulheres-do-mst-ocupam-fazenda-da-suzano-papel/>> acessado em 14 de jan. de 2019.

SUZANO, Papel e celulose. Disponível em: <<http://www.suzano.com.br/suzano/institucional/perfil/>> acessado em 15 de jan. de 2019.

VERACEL. SOBRE A VERACEL. Disponível em < <http://www.veracel.com.br/sobre-a-veracel/>> acessado em 15 de jan. de 2019.

VIVAS, Esther. Monsanto, a semente do diabo, 30 de maio de 2014. Disponível em <<http://www.mst.org.br/2014/05/30/monsanto-a-semente-do-diabo.html>> Acessado em: 15 de jan. de 2019.

WALSH, Catherine. Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.